

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.031 - PR (2017/0005303-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : JANDIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO HENRIQUE TEDESCHI - PR024728  
ROBSON OCHIAI PADILHA E OUTRO(S) - PR034642  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JANDIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, em 14/10/2016, por meio do qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. PIS-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO. AUTORIDADE IMPETRADA. DESPACHO ADUANEIRO.

Não se concede, por ilegitimidade passiva, mandado de segurança contra exigências relativas às contribuições PIS-IMPORTAÇÃO e COFINS- IMPORTAÇÃO, quando eleita como impetrada autoridade diversa daquelas responsáveis pelo desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas.

MANDADO DE SEGURANÇA. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO.

Não se concede o mandado de segurança quando impetrado perante Juízo que, por não exercer jurisdição sobre a área de atuação da autoridade apontada como coatora, não é competente para o seu processamento e julgamento" (fl. 1.547e).

Embargos de Declaração não acolhidos (fls. 1.567/1.569e).

No Recurso Especial, interposto com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, alega-se a existência de dissenso pretoriano e violação aos arts. 1º e 6º, § 3º, da Lei 12.016/2009, 11, 17 e 1.022, II, do CPC/2015.

Sustenta-se, em essência, que:

"No que se refere à legitimidade passiva das autoridades apontadas como coadoras no Mandado de Segurança, as apontadas violações ocorreram, basicamente, pelo seguinte:

(a) o Inspetor Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR possui legitimidade passiva, visto ser ele a autoridade responsável pela atuação da Recorrente, a qual possui domicílio em Pinhais, cuja competência territorial é da Subseção de Curitiba; como o Mandado de Segurança foi ajuizado nesta subseção judiciária, não havendo que se falar em ilegitimidade;

(b) o Delegado da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR detém

competência para homologar, ou não, a compensação a ser realizada pela Recorrente, de modo que é parte legítima para integrar o polo passivo da demanda;

(c) de acordo com os arts. 1º e 6º, §3º, da Lei nº 12.016/2009, a autoridade coatora deve ser aquela que detém poderes decisórios, ou seja, aquela que ordena o ato ou omissão contra o qual se insurge o Recorrente e detém competência para corrigi-lo; no caso, as autoridades apontadas como coatoras detém o poder de não liberar as mercadorias importadas pela empresa, bem como o poder de autuá-la caso os tributos não sejam recolhidos, de modo que são elas, efetivamente, que devem constar no polo passivo da demanda;

(d) conforme o disposto nos arts. 70 da IN RFB nº 1.300/12 (vigente na data da impetração), devem figurar como impetradas as autoridades sob cuja jurisdição forem efetivadas as importações; ou seja, as autoridades que tenham poder para liberar, ou não, as mercadorias importadas, sendo que a Recorrente apontou, efetivamente, tais autoridades no polo passivo do Mandado de Segurança;

(e) os Inspectores-Chefe das Alfândegas da Receita Federal do Brasil no Porto de Paranaguá de Foz do Iguaçu são as autoridades responsáveis pela liberação, ou não, das mercadorias importadas, o que torna justificável, e mesmo necessária, a permanência de tais autoridades no polo passivo da demanda.

Desse modo, resta demonstrada a violação pelo acórdão aos artigos 1º e 6º, §3º, da Lei nº 12.016/2009 e 17 do CPC" (fls. 1.581/1.582e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão.

Requer-se, por fim, " seja conhecido e provido o presente recurso especial para que: a) seja reconhecida a nulidade do v. Acórdão recorrido (diante do não conhecimento dos embargos de declaração), seja determinado o retorno dos autos ao E. TRF, para que este sane os vícios apontados; ou, caso assim não se entenda, b) seja reformado o v. Acórdão recorrido, reconhecendo-se a legitimidade passiva de todas as autoridades apontadas como coatoras no Mandado de Segurança, bem como a competência do Juízo da Subseção de Curitiba para julgar o feito, determinando-se o retorno dos autos ao E. TRF para que se realize novo julgamento, desta vez com análise do mérito" (fl. 1.589e).

Contrarrazões às fls. 1.606/1.608e.

Recurso Especial admitido (fl. 1.611e).

O presente recurso não merece prosperar.

Impossível examinar a alegação de omissão, assacada contra o acórdão recorrido. Com efeito, a ora recorrente descurou de indicar, na própria petição do seu Especial, em que consistiria, exatamente, essa suposta omissão, não sendo suficiente a mera afirmação genérica da necessidade de análise, pelo julgado, de determinados

dispositivos legais. De aplicar, no ponto, por analogia, a Súmula 284/STF.

Quanto à questão de fundo, assim se manifestou o Tribunal de origem ao negar a legitimidade passiva da autoridade reputada coatora:

"O fato gerador das contribuições PIS-importação e COFINS-importação ocorre com a entrada dos bens importados no território nacional (Lei nº 10.865, de 2004, art. 3º, I), caso em que a responsabilidade pela exigência desses tributos é da autoridade aduaneira do local de entrada no país das mercadorias importadas pela impetrante.

Acresce que o 'caput' do art. 70 da Instrução Normativa RFB 1.300/2012, preceitua expressamente que, no caso de tributos administrados pela RFB incidentes sobre operação de comércio exterior, o reconhecimento e a restituição de créditos cabe às autoridades aduaneiras responsáveis pelo desembaraço aduaneiro correspondente.

Confira-se:

(...)

Mencionada Instrução Normativa revogou a de nº 900, de 2008, que dispunha de forma semelhante a respeito do tema.

Ocorre que o Inspetor-Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR não é a autoridade aduaneira responsável pelo desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas pela impetrante. Com efeito, pelo que se extrai das declarações de importação trazidas aos autos, a impetrante desembaraça as mercadorias que importa no porto seco de Foz do Iguaçu/PR e no porto marítimo de Paranaguá/PR (cf. evento nº 17), caso em que a responsabilidade pelo desembaraço aduaneiro é, respectivamente, do Delegado da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu/PR e do Inspetor-Chefe da Alfândega no Porto de Paranaguá/PR.

Assim, no caso em exame, o Inspetor-Chefe da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR não é responsável por ameaça ou lesão a direito no que se refere à contribuição ao PIS e à COFINS sobre a importação de bens. Contra ele não pode, pois, ser expedido mandado de segurança, por ilegitimidade passiva" (fl. 1.545e).

Conforme se observa, se malferimento houve, foi não a dispositivos do

CPC/73 ou da Lei do Mandado de Segurança, no que tratam, genericamente, do instituto processual da legitimidade, mas à IN RFB 1.300/2012, diploma que, concretamente, distribui as atribuições funcionais entre os diversos órgãos da Secretaria da Receita Federal.

Evidentemente, descabe a interposição de Recurso Especial visando à correta interpretação de Instrução Normativa, veículo de regulamentação que não se consubstancia, no sentido técnico do art. 105, III, **a**, da Constituição da República, como "lei federal".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Sem honorários. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora